

Serviço social e violência intrafamiliar contra a mulher: desafios e possibilidades de atuação profissional

Social service and intrafamily violence against women: challenges and possibilities for professional action

Servicio social y violencia intrafamiliar contra la mujer: desafíos y posibilidades para la acción profesional

Recebido: 20/09/2022 | Revisado: 10/10/2022 | Aceitado: 14/10/2022 | Publicado: 19/10/2022

Rosiane Rodrigues Viana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1865-9789>
Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco, Brasil
E-mail: annie2708.rodrigues@gmail.com

Ronny Batista de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8549-4465>
Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: ronnyrbds@hotmail.com

Francisco das Chagas Araújo Coelho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0862-2117>
Assembleia Legislativa do Piauí, Brasil
E-mail: coelhocoe@yahoo.com.br

Josiane Lima de Abreu

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4681-8900>
Faculdade Anhanguera, Brasil
E-mail: abreu9496@hotmail.com

Rúbia Santos de Lima Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9940-0076>
Faculdade Metropolitana, Brasil
E-mail: Rubia_dias24@gmail.com

Viviane Soares Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4614-0298>
Faculdade Metropolitana, Brasil
E-mail: vivifilhadoceu@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como tema Serviço Social e a violência intrafamiliar contra a mulher: desafios e possibilidades de atuação profissional. A violência contra as mulheres por parte de seus parceiros é um fenômeno cuja origem está na desigualdade de gênero e é introjetado na estrutura social dentro das relações familiares, portanto, para abordar esse problema a pesquisa buscou saber quais os desafios e possibilidades de atuação profissional do Assistente Social frente à violência intrafamiliar contra a mulher, bem como, saber o papel do Serviço Social frente a essa violência. Deste modo, tem o objetivo de descrever as diferentes causas pelas quais a violência contra a mulher ocorre, e de que forma é feita a intervenção social. Para tal feito foram usados métodos bibliográficos, como as obras de Barbosa, Azevedo, Boni e Iamamoto. A partir desses levantamentos e aprofundamento da temática o trabalho buscou fundamentação que levaria a importância dos assistentes sociais atuando na família. Este trabalho foi desenvolvido a partir da motivação em conhecer mais sobre esse tipo de problema social que afeta a sociedade e com base nos resultados refletir sobre a real situação vivida pela mulher e a resposta dada pela intervenção social. Portanto, conclui-se que, a violência contra a mulher no âmbito intrafamiliar requerer uma resposta multisetorial e que a pesquisa é oportuna, visa conscientizar sobre a necessidade de uma resposta compassiva e mais forte.

Palavras-chave: Violência; Violência contra a mulher; Serviço social.

Abstract

This research has as its theme Social Work and intra-family violence against women: challenges and possibilities of professional action. Violence against women by their partners is a phenomenon whose origin is in gender inequality and is introjected into the social structure within family relationships, therefore, to address this problem, the research sought to know what the challenges and possibilities are. of professional performance of the Social Worker in the face of intrafamily violence against women, as well as knowing the role of the Social Service in the face of this violence. In this way, it aims to describe the different causes for which violence against women occurs, and how social

intervention is carried out. For this purpose, bibliographic methods were used, such as the works of Barbosa, Azevedo, Boni and Yamamoto. From these surveys and deepening of the theme, the work sought foundation that would lead to the importance of social workers working in the family. This work was developed from the motivation to know more about this type of social problem that affects society and based on the results to reflect on the real situation experienced by women and the response given by social intervention. Therefore, it is concluded that violence against women within the family requires a multisectoral response and that the research is timely, it aims to raise awareness of the need for a compassionate and stronger response.

Keywords: Violence; Violence against women; Social service.

Resumen

Esta investigación tiene como tema Trabajo Social y violencia intrafamiliar contra la mujer: desafíos y posibilidades de actuación profesional. La violencia contra la mujer por parte de su pareja es un fenómeno cuyo origen está en la desigualdad de género y se encuentra introyectado en la estructura social dentro de las relaciones familiares, por ello, para abordar esta problemática, la investigación buscó conocer cuáles son los desafíos y posibilidades de desempeño profesional de la Trabajador Social ante la violencia intrafamiliar contra la mujer, así como conocer el papel del Servicio Social frente a esta violencia. De esta forma, pretende describir las diferentes causas por las que se produce la violencia contra la mujer, y cómo se lleva a cabo la intervención social. Para ello se utilizaron métodos bibliográficos, como los trabajos de Barbosa, Azevedo, Boni e Yamamoto. A partir de estos levantamientos y profundización del tema, el trabajo buscó fundamentación que conduzca a la importancia del trabajo de los trabajadores sociales en la familia. Este trabajo se desarrolló a partir de la motivación de conocer más sobre este tipo de problemática social que afecta a la sociedad y en base a los resultados reflexionar sobre la situación real que vive la mujer y la respuesta que da la intervención social. Por lo tanto, se concluye que la violencia contra la mujer dentro de la familia requiere una respuesta multisectorial y que la investigación es oportuna, pretende concientizar sobre la necesidad de una respuesta compasiva y más fuerte.

Palabras clave: Violencia; La violencia contra las mujeres; Servicio social.

1. Introdução

Fala-se de violência intrafamiliar quando dentro de uma casa um dos membros desse grupo familiar tem comportamento abusivo contra um ou todos os outros membros da família. A violência contra as mulheres é um problema universal e uma das violações mais generalizadas dos direitos humanos. Sendo, portanto, um fenômeno globalizado caracterizado por uma situação que rompe os limites da pessoa e que pode se manifestar no nível psicológico, físico, econômico e político, entre outros.

A natureza da violência intrafamiliar contra a mulher compreendida nesses níveis está baseada no gênero e ocorre na maioria das vezes dentro da família. Essa violência é um problema social que afeta setores importantes da população e transcende a raça, a religião, a educação, a economia e é também considerada um problema de saúde pública.

Pelo fato de ser um problema social que atinge grande parte da sociedade brasileira, assim como outros países, a presente pesquisa elenca como tema Serviço Social e violência Intrafamiliar contra a mulher: desafios e possibilidades de atuação profissional, visto que os profissionais do Serviço Social apresentam em sua trajetória trabalhos ligados às questões sociais. Desenraizar esse tipo de violência deve se tornar objetivo central das agendas públicas, uma vez que este é um problema de direitos humanos e é um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Analisando a grande importância da família no desenvolvimento do Estado e no direito estatal de proteger as instâncias do povo, a violência contra a mulher é um evento altamente danoso diretamente à família e ao Estado. Sendo, assim, propõe-se a pesquisa, em saber quais os desafios e possibilidades de atuação profissional do Assistente Social frente à violência intrafamiliar contra a mulher? Qual o papel do Serviço Social frente a essa violência?

A extensão do fenômeno da violência para com as mulheres mostra a necessidade de buscar estratégias para preveni-las e respondê-las de forma mais ágil e abrangente. O interesse em realizar essa investigação exploratória é conhecer mais sobre esse tipo de problema social que afeta a sociedade e com base nos resultados refletir sobre a real situação vivida pela mulher e a resposta dada pela intervenção social. Portanto, academicamente a pesquisa é justificada por estar presente na sociedade como uma razão para o estudo, que responde às exigências da pesquisa. E justifica-se socialmente, pois a violência

intrafamiliar constitui um problema da realidade social atual e necessita de um processo metodológico de pesquisa científica para sua compreensão, estudo e análise.

O objetivo que elenca este trabalho é compreender os desafios e possibilidades de atuação profissional do Assistente Social frente a violência intrafamiliar contra a mulher.

2. Metodologia

Para investigação acerca dos desafios e possibilidades de atuação profissional do Assistente Social frente a violência intrafamiliar contra a mulher., é indispensável seguir um percurso metodológico que possibilite a realização da pesquisa. Assim, a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem, os instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade do pesquisador” (Minayo, 2009, p. 14).

A metodologia parte de um ponto de vista mais amplo, para assim, após analisar as variáveis e os elementos relacionados à temática, encontrar um denominador comum e atuar sobre ele, problematizando-o e sugerindo soluções.

Para Fonseca (2002, p.32), Metodologia significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o “estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência”. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Segundo Gil (1999, p. 17), pesquisa é definida como o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

O estudo terá como foco a pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2009, p.21), “responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Será um realizado um estudo bibliográfico. De acordo com Marconi; Lakatos (2017, p.28), a pesquisa bibliográfica “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”.

O método a ser utilizado na pesquisa é o materialismo histórico-dialético, que permite o conhecimento da realidade a partir de uma abordagem ontológica do ser social. Nessa perspectiva, a ótica marxiana analisa as relações sociais e busca apreender o concreto pensado,

A perspectiva marxiana explica as relações entre os homens como determinadas pelo processo histórico concreto, tendo por base as relações de produção: problematiza a forma como as relações sociais se apresentam – mediadas por coisas, por instituições –, o que, ao mesmo tempo que revela situações reais imediatas, encobre múltiplas relações sociais, historicamente determinadas, cuja apreensão se faz a partir da reprodução do concreto por meio do pensamento (Baptista, 2009, p. 35).

Partindo desse pressuposto, fica claro que, o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, requer métodos teóricos de discussão e comprovação de uma problemática nos mais variados campos de pesquisas e principalmente em se tratando da Questão Social.

3. Resultados e Discussão

3.1 A mulher ao longo dos tempos

Ao longo da história, as mulheres cumpriram diferentes papéis em decorrência das mudanças na sociedade. Hoje encontramos mulheres que participam ativamente de atividades econômicas, científicas e culturais, espaços que antes eram abertos apenas aos homens.

Nas primeiras sociedades que sustentavam sua vida cultural e econômica na caça e na coleta, as mulheres eram responsáveis pela coleta, enquanto os homens eram encarregados de trazer a carne. Isso fez com que as atividades diretamente relacionadas à força passassem a ser identificadas com os homens devido à diferença física entre os dois gêneros (Barbosa, 2007).

Da mesma forma que aconteceu na Idade Média, as coisas se tornaram mais rígidas e definitivas para a história da mulher dentro da história. O mundo se consolidava como um todo no qual os homens eram o centro, os únicos que tinham a possibilidade de crescer na vida. Dessa forma, o conhecimento foi centralizado nos religiosos e em alguns leigos que tiveram o privilégio de estar ali. O conhecimento tornou-se então uma arma poderosa na qual, combinada com a Igreja, as mulheres foram relegadas a serem esposas e mães (Macedo, 2002).

A burguesia trouxe um panorama um tanto diferente que dava poucas chances às mulheres de abordar o trabalho como forma de ajudar no sustento da casa. Mas só em 1918, com a Primeira Guerra Mundial, esse panorama começou a tomar um rumo diferente. A situação da guerra obrigou as mulheres a deixarem suas casas com o consentimento de seus maridos e pais. Os homens tinham que ir para a guerra e alguém tinha que cuidar das tarefas que antes eram exclusivas dos homens. Isso se acentuou em 1942, no marco da Segunda Guerra Mundial (Barbosa, 2007).

O que se pode perceber é que, antigamente, a mulher era considerada mais uma propriedade do gênero masculino, primeiro do pai e depois do marido, de modo que sempre acabava dependendo dos homens para sobreviver. Com o passar dos anos, aos poucos essa situação mudou e as mulheres começaram a se aventurar em áreas em que antes apenas homens participavam, demonstrando assim igualdade de status e atuação.

Em suma, as mulheres desempenham um grande papel em nossa sociedade, onde não são nem mais nem menos que um homem, onde são o complemento perfeito para seu parceiro.

3.2 Condição da mulher na sociedade

A mulher da antiguidade tinha que sucumbir, obedecendo aos caprichos mais despóticos de seu senhor, porque não podia travar nenhuma luta, certa de que o prêmio do vencedor seria dado a quem tivesse mais força física; assim é que a mulher foi anulada, ela era um ser passivo sem caráter, um instrumento cego, desajeitado ou hábil, dependendo de quem o manuseasse. As mulheres podiam ter pouca importância naquelas épocas em que a razão, a justiça e os direitos eram usurpados pelos fortes, em detrimento dos fracos.

Pode-se apontar que, dificilmente aparecem na história, na literatura, na arte e na ciência, não são reconhecidas e nem sequer citadas em livros ou enciclopédias. Isso nos fez ignorar muitas que usaram sua imaginação, sua vontade, sua força e às vezes sua vida para contribuir na construção de uma sociedade mais justa para mulheres e homens. Muitas mulheres, principalmente aquelas que ousaram sair da norma, tiveram que lutar contra a incompreensão da sociedade de seu tempo, ou contra o fascismo ou o racismo, ou simplesmente contra a discriminação absurda baseada em sexo, classe social ou identidade étnica.

Fazendo uma cronologia da mulher na sociedade, pode-se observar em diversas fontes que, desde a pré-história, as mulheres, tal como os homens, assumiram um papel cultural particular. Nas sociedades caçadoras e coletoras, eram as mulheres que colhiam os produtos vegetais, enquanto os homens forneciam a carne através da caça, o que leva a maioria dos

antropólogos a acreditar que foram as mulheres que conduziram as sociedades antigas em direção ao Neolítico e se tornaram as primeiras agricultoras.

No antigo Egito, conforme lembra Barbosa (2007), as mulheres tinham grande liberdade de movimento. Elas podiam exercer uma infinidade de ofícios, andar livremente pelas ruas, comprar e vender, receber heranças e ter acesso à educação, embora as camponesas realizassem um trabalho extremamente árduo. Na Mesopotâmia, as mulheres não estavam sujeitas aos homens, mas gozavam de certo status de igualdade.

Por sua vez, a posição das mulheres na Grécia antiga não era muito positiva. Para o filósofo Aristóteles, que exerceu grande influência na Europa medieval, a mulher nada mais era do que um homem incompleto e fraco, um defeito da natureza. A mulher era considerada como um ser inacabado que precisava ser cuidado, protegido e orientado, o que implicava sua total submissão ao homem e seu afastamento da vida pública, da qual não podia participar. No contexto do Século XX, marcado pela incorporação massiva das mulheres ao mundo do trabalho. As duas guerras mundiais foram um fator desencadeante: quando os homens entraram em combate, as mulheres tiveram que assumir o trabalho, tiveram que ser chamadas para manter a produção (Stelmachuk, 2012).

Diante disso, os novos tempos representaram uma mudança significativa na concepção do trabalho feminino: começa a ser considerado que é necessário e que, além disso, dignifica as mulheres. Desta forma, as mulheres de classe média tiveram cada vez mais acesso ao trabalho mais qualificado e mais bem remunerado. O aumento foi tão importante que, no final da década de 1960, havia mais mulheres de escritório do que homens (Barbosa, 2007).

As mulheres atualmente dominam vários setores da sociedade e são altamente competitivas em todos os tipos de empregos. Apesar de tudo, no século XXI elas continuam sendo marginalizadas, julgadas, escravizadas, torturadas, violentadas e discriminadas. Sabe-se que as mulheres foram historicamente excluídas da vida pública e, apesar de nas últimas décadas sua incorporação ter sido promovida em várias frentes e de terem sido criados mecanismos para agilizá-la, essa incorporação ainda é insuficiente.

Na sociedade atual, baseada em uma estrutura de parentesco flexível e que auxilia muito a responsabilidade compartilhada com os homens, muitas mulheres buscam navegar no mar do mercado de trabalho para além do núcleo familiar do qual são peça fundamental. Os motivos são diversos: liberdade, independência econômica, valorização individual, motivação, recuperação de uma carreira ou atividade adiada, etc. Para realizar o trabalho, os relacionamentos e a maternidade, as mulheres têm intuição requintada, inteligência prática e sensibilidade. E é justamente essa sensibilidade que é o dom que complementa as virtudes do homem (Martini & Souza, 2016).

Mas a participação laboral da mulher na sociedade, além do núcleo familiar, não é prioridade para todas as mulheres. Há muitas mulheres que se concentram em seu papel de mãe e se dedicam integralmente à família sem fazer nenhum trabalho profissional fora de casa. Aqui é importante ter um olhar diferente e destacar que a mulher administra uma empresa chamada “casa”. Nesta empresa, exige-se finanças, cumprimento de horários, atividades específicas, educação, tolerância, integração da equipe, atendimento, conhecimento, motivação, paixão, etc. O problema é que a sociedade não valoriza essa grande tarefa, pois assume que ser mãe e eixo do lar é praticamente uma obrigação da mulher adquirida pelo simples fato de ser mulher, e que essa tarefa não é paga como qualquer outra atividade (Martini & Souza, 2016).

As mulheres de hoje se desenvolvem em um ambiente que estimula a busca de novos objetivos, razão pela qual muitas vezes estão divididas entre a procriação e a gestão do lar e a necessidade de crescimento pessoal (Stelmachuk, 2012).

Relacionado aos papéis da mulher na sociedade atual: mãe, esposa ou companheira, trabalhadora, gestora e mantenedora afetiva do lar, não podemos esquecer que o primeiro papel da mulher na sociedade é justamente ser mulher, com sua identidade e sua feminilidade, não está adotando características masculinas para ser mais aceita em um mundo em que ainda existem desigualdades de oportunidades.

A mulher do século 21 é uma mulher livre em busca de reivindicação e empoderamento feminino. A mulher deste século escolhe o que estudar, se moram sozinhas ou em casal, se tem filhos ou não, entre milhares de outras decisões que há exatos 51 anos não eram possíveis. Para Fernandes (2021), as mulheres de hoje, vivem melhor, mas ainda não se pode falar de igualdade real entre homens e mulheres, a partir de exemplos cotidianos como a vida familiar onde os homens, de repente, esquecem a igualdade e repetem os comportamentos que viram em sua família: o pai trabalha e a mãe cuida da casa e dos filhos. A admiração de um "bom pai" por passar um sábado inteiro com os filhos e o pouco reconhecimento do trabalho constante da "boa mãe" ao longo da semana é curioso.

3.3 Tipos de violência contra a mulher: breves observações

A violência contra a mulher é um fenômeno muito complexo, principalmente porque não é corretamente identificado por toda a população e seu reconhecimento seria a primeira dificuldade a ser superada para enfrentá-la com a energia e a urgência necessárias. É importante dar o espaço necessário na consciência individual e coletiva para poder detectar a violência e detê-la a tempo.

Por causa da natureza complexa da violência que muitas mulheres sofrem nas relações, é necessário definir o que se entende por este termo. A violência contra as mulheres desde o início tem sido colocada em um contexto de desigualdades sociais, referindo-se às diferentes discriminações que afetam sua situação e posição na sociedade.

No Brasil, a violência contra a mulher é classificada como crime, e muitos casos não são denunciados por medo ou vergonha. Essa violência sofrida pelos seus companheiros íntimos tem sido identificada como um problema prioritário e de saúde pública devido à sua magnitude e gravidade, bem como a sobrecarga que representam para os serviços de saúde em termos dos custos que gera. Esta violência não só provoca danos físicos e psicológicos para as mulheres, mas também implica risco para seus filhos.

Devido aos progressos e combate a essa violência há uma crescente conscientização sobre o problema e a sociedade aos poucos está se tornando cada vez mais consciente do problema, sendo feitos esforços louváveis para prestar serviços às vítimas e para introduzir sanções judiciais contra os agressores (Barretos, 2015).

A violência mais frequente é psicológica, agressões que variam de insultos, desqualificações e humilhação a zombaria, e se refere aos meios de dominação utilizados pelo agressor para controlar o tempo, a liberdade de movimento e os contatos sociais de suas vítimas.

Embora alguns avanços tenham sido feitos na área de pesquisa acadêmica, além da área jurídica e normativa durante a última década, é necessário aumentar as estratégias para contrariar esse problema social, pois é necessário que todos os setores da sociedade a se comprometer e engajar de forma operacional. O trabalho é importante porque os resultados da pesquisa mostram a realidade das mulheres que são vítimas de violência, o que nos permitirá lidar, primeiro devemos conhecer em profundidade, compreender e analisar para intervir mais tarde.

A violência intrafamiliar contra as mulheres afeta um elevado percentual de famílias em todo o mundo, de todos os níveis econômico e cultural. É importante ressaltar que a violência não abrange apenas a pertença ao gênero, podendo também ter raízes na discriminação de raça, classe ou etnia, porém este trabalho concentra a atenção na dimensão de gênero, o que não significa que o gênero seja a única causa da violência. Portanto, é imperativo que os assistentes sociais se envolvam na questão para poder fazer propostas de intervenção que contribuam para erradicar esse problema (Pinheiro & Lisboa, 2005).

Os tipos mais comuns de violência intrafamiliar contra a mulher incluem, violência física (contusão, cortes, agressões físicas), violência psicológica (chantagem, manipulação), violência sexual (estupro, assédio), violência moral (calúnia, difamação ou injúria) e violência patrimonial (responsabilização, apropriação ilícita de patrimônio).

A violência física é entendida como aquela que deixa marcas no corpo, o agressor usará força física ou mesmo a ameaça de força física para controlar sua parceira. Pode resultar em machucados, cortes, ossos quebrados e pode envolver uma visita ao hospital. Muitas vezes a vítima tentará esconder os sinais de violência físico, muitas vezes apenas indo a um médico profissional se ocorrerem sérios danos e mesmo assim tentará fornecer ao médico uma 'explicação alternativa' plausível. É também o caso que o agressor exercerá controle sobre seu próprio comportamento e escolherá onde atacar sua vítima - geralmente em uma área que não será visível, como as costas, deliberadamente evitando o rosto (Casique & Furegato, 2006).

A violência psicológica se conceitua como aquela que manipula a mente através do uso de jogos mentais e contradições, por exemplo, o agressor irá persuadir a vítima de que ela é a culpada ou que ela depende dele para sobreviver (Casique & Furegato, 2006).

Já a violência sexual se refere a qualquer ato sexual submetido por coerção, ataques, comentários sexuais ou investidas indesejadas, tráfico humano. Esta é uma forma de violência que é frequentemente minimizada pela vítima. Inclui estupro, coerção de um parceiro para se envolver em atividades sexuais contra sua vontade ou pressão para ter filhos. Muitos têm vergonha de divulgar esta forma de violência. Outros minimizam isso como um meio de enfrentamento. "Elas lutam para aceitar que esta forma de violência está sendo perpetrada por uma pessoa em quem elas teriam confiado mais". Muitos "acompanham" as exigências feitas para "manter a paz" (Libório, 2019, p. 2).

Forçar alguém a ter filhos para "salvar o relacionamento" ou persuadi-los de que é um meio de demonstrar seu amor "se você me amasse, teria um filho" é um poderoso meio de controle, prendendo uma mulher, em particular, no relacionamento através do aumento de responsabilidades por exemplo.

A violência patrimonial envolve o controle das finanças da família, é um método muito potente de violência. Forçar um indivíduo a responder por cada centavo gasto com um orçamento ou enfrentar consequências violentas ou impedi-los de ter acesso a qualquer dinheiro cria uma enorme dependência. Isso limita as opções de fuga, especialmente se houver crianças envolvidas. A vítima estará preocupada com questões como comida e abrigo - "como vou alimentá-los?", "Onde vamos viver?" Além disso, muitas vezes as vítimas serão dissuadidas e pressionadas a não se envolverem em empregos remunerados, pois isso diluiria os agressores ao controle (Casique & Furegato, 2006).

A violência moral por sua vez, diz respeito a qualquer conduta que assuma postura de calúnia (quando se atribui falsamente um crime a alguém), injúria (ofender a dignidade e a hora de alguém seja pela cor, raça, religião, etc.) ou difamação (A difamação é um conjunto de palavras ou publicações escritas falsas e sem privilégios, que expõem qualquer pessoa viva ao ódio, desprezo, ridicularização, ou que a rejeitam ou evitam ou tendem a prejudicá-la), todos são crimes puníveis conforme a lei, de acordo com os artigos 138,139 e 140 do Código Penal brasileiro.

A violência contra mulheres não apenas destrói a vida das mulheres e divide as comunidades, mas também prejudica os esforços de desenvolvimento e a construção de democracias fortes e sociedades justas e pacíficas. A violência contra mulheres é uma crise global oculta. Porém, é mais provável que mulheres marginalizadas, como mulheres pobres, a vivenciem, geralmente nas mãos de seus maridos ou parceiros. Uma das violações mais comuns dos direitos humanos a violência contra mulheres diante de suas muitas formas diferentes está enraizada na desigualdade de gênero que as mulheres enfrentam ao longo de suas vidas, desde a infância até a velhice.

3.4 Serviço Social e a violência contra a mulher

Uma força de trabalho de Serviço Social bem planejada, desenvolvida e apoiada é um componente-chave de um sistema forte necessário para resolver os problemas da sociedade. Deste modo, os assistentes sociais são profissionais treinados para analisar e compreender as razões complexas e variadas pelas quais os indivíduos passam, a violência perpetrada contra as mulheres é um desses problemas, intervindo nessa questão, o Serviço Social mediante seus profissionais pode apoiar as

comunidades na mudança de comportamentos sociais e na prevenção da violência. Os assistentes sociais também desempenham um papel fundamental na prestação de serviços de aconselhamento e encaminhamento para cuidados e tratamento da saúde física, mental e psicossocial.

O trabalho profissional está centrado em contribuir para a resolução de problemas e para a mudança. Assim, os profissionais do trabalho social tornam-se agentes de mudança na sociedade, na vida dos indivíduos, famílias e comunidades para as quais trabalham. O trabalho do Assistente Social é um sistema integrado e dinâmico de valores, teoria e prática inter-relacionados.

Quando os profissionais do Serviço Social intervêm na família, o trabalho é claramente centrado nas dificuldades familiares. Podendo ser enviado em apoio a pais que estão temporariamente incapazes de lidar com a vida cotidiana, por exemplo, no caso de hospitalização de uma mãe solteira ou na ocorrência de uma deficiência, violência familiar em que a vítima é a mulher. Também pode intervir no contexto da proteção à criança - sob o mandato de um assistente de Serviço Social ou de justiça - em situações de maus-tratos, em caso de divórcio difícil, ou para supervisionar os direitos de visita de pais que foram privados da custódia de seus filhos. “Essas experiências propiciaram sistematizar a investigação sobre família e a compreender que tal temática é complexa” (Gueiros, 2010, p.127).

Com base em um plano de intervenção construído com todos os atores que intervêm com a família, o primeiro objetivo de um Assistente Social é intervir juntos aos membros da família. Em casos de violência, por exemplo, sua ação é combinada com o apoio à integração e ao exercício de direito, em particular fornecendo informações sobre direitos e deveres e contribuindo para a implementação de ações individuais ou coletivas. Essas habilidades explicam por que esse Assistente Social agora é comumente associado a políticas de inclusão social, fortalecimento dos vínculos e apoio a mulher.

Envolver-se na família e dentro dela, com mulheres vítimas da violência intrafamiliar pelo marxismo não é trivial. É uma profissão que exige tato, um forte interesse no relacionamento de apoio e uma capacidade de sair de situações para manter a neutralidade como Assistente Social. A capacidade de se adaptar a situações muito diversas e um bom equilíbrio pessoal são, portanto, essenciais nesses casos.

Logo, voltando ao tema em foco, a questão da violência intrafamiliar praticado contra a mulher é um crime que está alicerçado na sociedade a muito tempo, algo que vem do sistema culturalmente desigual e patriarcal. “Desse modo, a violência contra a mulher se constitui como um grave problema social no Brasil e no mundo, apesar da luta feminista em torno da questão” (Antunes, 2016, p.10).

A autora supracitada ainda em seu estudo, comenta que,

A violência contra mulher é uma das interfaces da questão social. Com isso, o Serviço Social também é chamado a intervir nessa realidade, em que este deverá formular um conjunto de reflexões e propostas para a sua prática interventiva. Esse tem sido um dos grandes desafios postos para o Assistente Social no seu cotidiano profissional (Antunes, 2016, p.18).

Portanto, sabe-se que essa violência sofrida pelas mulheres se define em conflito e poder, principalmente quando é praticada no âmbito familiar. Desse modo, os assistentes sociais nas suas atribuições para garantir direitos têm servido a vítimas de violência de parceiros íntimos há muito tempo, mas nos dias atuais devido a amplas manifestações desse tema diante de tanta covardia e crueldade vivida e vivenciadas por tantas mulheres, esses profissionais encontram-se diante de um grave problema social. Pois, além de também atender as vítimas primárias, também atende as secundárias, como familiares, cônjuges, amigos e outras pessoas importantes. Ou seja, qualquer pessoa que apoie uma vítima que precise de apoio ou orientação, ou que estejam diretamente ligadas ao problema pode receber intervenção social por parte desses profissionais.

Segundo Antunes (2016, p. 19), o Serviço Social intervindo nessa situação, deve-se pautar nas dimensões ético-política e teórico-metodológica interventiva. Ou seja, sua relação com as vítimas de violência contra a mulher exige que esses

profissionais estejam aprofundados no conhecimento teórico, onde busca em seu Código de Ética e em seu projeto ético-político “desempenhar junto a estas mulheres um atendimento qualificado, discutindo estratégias que viabilizem o enfrentamento da situação vivenciada e, principalmente, garantir-lhes acesso a direitos.

De acordo com Baragatti (2017, p.99), “as mulheres buscaram com frequência o Serviço Social como forma de auxílio, principalmente por meio do CRAS”. Este é uma das formas de auxílio para essas mulheres, e no CRAS as mulheres vão ter todo o atendimento necessário inclusive o Serviço Social feito pelos assistentes sociais.

Todos os serviços que esses profissionais prestam podem ser confidenciais, exceto em casos de violência infantil e ameaças de homicídio ou suicídio. Os profissionais do Serviço Social fornecem diversos serviços tanto para as vítimas como para outras pessoas envolvidas. Nesse sentido, dentre esses serviços, está o aconselhamento, este envolve aconselhamento contínuo e grupos de apoio. Geralmente, pretendem quebrar o ciclo de violência para as vítimas, apoiando as vítimas e concentrando esforços para atender as necessidades à medida que vão surgindo. Há também os serviços legais como, apoio e acompanhamento a serviços jurídicos, acompanham audiências civis e criminais, planejamento de segurança, encaminhamentos, acompanhamentos hospitalares e informações.

Além do acima exposto, as vítimas podem contar com abrigos, locais temporários, protegido e desconhecido pelo agressor. O Serviço Social ainda faz encaminhamentos para outras organizações da comunidade para recursos como a programas de proteção à mulher vítima de violência doméstica, Delegacia de polícia e Ministério Público. Também diante da situação podem fazer acompanhamento médico em casos de agressões físicas, psicológicas e sexuais, onde a vítima recebe tratamento adequado para suas feridas externas e internas para lidar com a situação e superação durante todo o processo jurídico e pós jurídico (Antunes, 2016).

Os assistentes sociais também, fazem um trabalho de educação, trabalhando tanto a vítima como o agressor, além de informar a sociedade sobre essa questão através de palestras com informações e apresentações direcionadas para a sociedade em geral. É por esses e tantos outros motivos que, o Assistente Social está numa excelente posição para intervir, de modo que essas pessoas sejam libertadas da violência. O cuidado, o bom senso e algumas sugestões, em combinação com as habilidades profissionais, é tudo o que a Assistente Social precisa. Além disso, esse profissional pode intervir sem investir enormes quantidades de tempo e energia.

Uma das razões pelas quais seu papel é tão vital é que as ações e intervenções profissionais em monitorar e garantir acesso a proteção e direitos para que a vítima de violência não entre em colapso, pode salvar uma vida literalmente e figurativamente (Engels, 2014, p. 97).

Outra razão pela qual o papel do Assistente Social seja crucial é que, embora a maioria das pessoas no sistema queira ajudar as mulheres, ainda há muitas outras que são hostis a esses casos. Um atendimento hostil por exemplo, é tudo o que é necessário para tirar a mulher vítima de violência intrafamiliar do sistema e enviá-lo de volta ao isolamento e ao desespero (Tomás, 2016, p.10). É nos encontros com esses indivíduos que uma rápida intervenção social fará toda a diferença no mundo. O Assistente Social é como um guia que orienta e monitora a mulher vítima de violência familiar durante o processo de libertação da violência sofrida.

Portanto, o profissional do Serviço Social presta serviços nesses casos a mulheres que tenham experimentado ou estejam atualmente sofrendo violência. Fornecendo um serviço gratuito e confidencial que inclui: Informação, apoio, suporte, referência e acompanhamento adaptado às necessidades e exigências de cada pessoa que entra em contato com o serviço. Diante desses fatos, a chave é avaliar adequadamente os perigos que a vítima poderia encontrar em seu caminho, em seguida, conectá-las com pessoas que podem eliminar esses perigos.

Fornecer referências eficazes: Devido aos perigos e angústias intensas experimentadas pelas mulheres vítimas de violência, é extremamente difícil para a maioria das vítimas fazer a primeira chamada para solicitar apoio e auxílio. O simples

fato de dar à mulher uma referência provavelmente não a conectará com alguns serviços, por isso, o Assistente Social deverá fazer o acompanhamento até o final do processo. A missão dos profissionais do Serviço Social contra a violência intrafamiliar é contribuir para a segurança das vítimas e para a redução da violência e suas consequências, prestando serviços às vítimas, à população e a todos os afetados.

Com base nos estudos de Tomás (2016), alguns objetivos que levam o Assistente Social a intervir nesses casos é garantir que as vítimas de violência intrafamiliar e todas as pessoas afetadas pela violência tenham acesso a recursos que atendam às suas necessidades; garantir a acessibilidade dos serviços a todas as vítimas e todas as pessoas afetadas pela violência doméstica, sem distinção, exclusão ou preferência com base em "raça", sexo, orientação sexual, estado civil, religião, crenças políticas, idioma, origem étnica ou nacional, condição social e deficiência; promover uma ação combinada de diferentes recursos; coordenar as atividades da organização com recursos locais; estabelecer e desenvolver projetos de serviços complementares correspondentes à orientação feminista da organização e às necessidades das vítimas e de todos os afetados pela violência doméstica.

Diante desses fatos, esses profissionais do Serviço Social contribuem para melhorar a segurança de todas as vítimas de violência intrafamiliar. Assim, entrar em contato com o Serviço Social significa encontrar apoio para ser ouvido, para defender, para proteger, para garantir direitos e entender a realidade particular. Esses profissionais estão equipados para encontrar respostas para diferentes necessidades (Engels, 2014).

Entrar em contato com esse apoio, também significa encontrar informações e ajuda para lidar com a violência intrafamiliar contra a mulher, então esses profissionais buscam a melhor maneira de intervir. Os assistentes sociais têm a capacidade de reconhecer a dinâmica da violência familiar, avalia rapidamente o perigo e as necessidades e fornece informações práticas. Esses profissionais do Serviço Social podem identificar um recurso que provavelmente atenderá às necessidades das vítimas. Colocando-a diretamente em contato com o recurso escolhido (Engels, 2014).

Esse modo de operação rápido e eficiente permite que o Assistente Social contribua para garantir a segurança das vítimas de violência familiar, minimizando a duração do processo, abrindo o acesso a todos os recursos disponíveis e oferecendo o máximo de apoio e confidencialidade às vítimas.

3.5 Limites e possibilidades de atuação do assistente social frente a violência contra a mulher

O impacto da violência pode ser visto em todo o mundo, pois, a cada ano, muitas são as vítimas que perdem a vida e muitas outras sofrem lesões, decorrentes de violência intrafamiliar. Por se um fenômeno complexo, deve ser compreendida em suas diferentes formas, principalmente considerando os atos agressivos contra a mulher, objeto deste estudo. Em relação a esse fato, a Assembleia Geral das Nações Unidas (1993), aprovou a declaração sobre a eliminação dos atos violentos contra a mulher e definiu a ação como: todo ato de violência baseado no gênero que resulte, ou seja suscetível de que resultem em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, incluindo a ameaça de praticar tais atos, coação ou privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública quanto na privada.

De acordo com o retromencionado, as mulheres correm maior risco de serem violentadas em seus relacionamentos com parentes e pessoas próximas do que com estranhos e, na maioria das vezes, o agressor é o próprio cônjuge ou companheiro, tendo como causa e consequência a desigualdade de poder, relações de gênero (Lisboa & Pinheiro, 2005).

Nesta perspectiva, a violência intrafamiliar afeta a integridade biopsicossocial da vítima e são vários os sintomas e distúrbios do desenvolvimento que podem se manifestar, como já elencados outrora. A partir desses fatos, ao lidar com esse problema, o Serviço Social precisa ser atuante e oferecer um suporte e intervenção contínua, pois, esses atos tendem a permanecer invisíveis. Atender a essas demandas exige profissionalismo, comprometimento com a causa, responsabilidade e

ferramentas para melhor intervir. Mas em vários casos e situações esses assistentes sociais não dispõem de recursos e se esbarram em certos limites.

Práticas burocráticas, entendendo por burocracia, em termos gerais, uma forma de organização do trabalho baseada na hierarquia de subordinações e na divisão do trabalho, à qual se deve somar a condição do Assistente Social como assalariado, em muitos casos sendo a instituição empregadora que decide ou promove a identificação dos profissionais com as normas estabelecidas, produzindo uma prática instrumental, burocrática e normativa que gera a perda de controle sobre os objetivos do trabalho ou a perda de controle sobre o conhecimento e o processo de trabalho (Brandão, 2007).

Participação, tomada de decisão e relações de poder de natureza vertical que limitam a possibilidade de gerar espaços de articulação e mediação dos interesses e opiniões dos diferentes atores. Este tem sido motivo de reflexão, onde embora, ao nível discursivo haja uma horizontalidade, ao nível da tomada de decisão e da participação, na prática o poder concentra-se na figura do Diretor e do Secretário da instituição na qual o Assistente Social faz parte. A isso se somam as limitações decorrentes das próprias condições de trabalho: insuficiência de recursos e pessoal, baixos salários, respostas voltadas ao atendimento de emergências ou urgências, precariedade, falta de formação relevante ou pessoal profissional especializado, entre outros.

Isso constitui um obstáculo na construção da autonomia, principalmente no que diz respeito aos discursos dominantes, principalmente se o Assistente Social não for capaz de posicionar a vítima, como um sujeito respeitado e com direitos. Além disso, as mulheres vítimas de violência com os quais o Serviço Social trabalha sempre emergem dentro de uma determinada categoria analítica, e se a categorização social for feita em termos estigmatizantes, esses sujeitos carregarão essas marcas, pois nomear os sujeitos é, de alguma forma, dar-lhes uma identidade e ao mesmo tempo posicionar-se a partir de um ponto de vista que condensa os referenciais teóricos e a perspectiva ético-moral que define a intervenção (Sobrinho et al., 2020).

No entanto, diante dessas condições, as práticas pré-profissionais propostas como dispositivos permitiram a possibilidade de dar existência explícita a situações naturalizadas de fato, permitiram colocar palavras ao não dito, ao silenciado, permitiram reconhecer obstáculos mas também possibilidades de intervenção, a partir do desenvolvimento de estratégias de promoção, elucidação, cogestão e autogestão, que permitem preencher junto com os sujeitos envolvidos diferentes tipos de benefícios, promover processos de autogestão nas famílias, grupos e pessoas com quem trabalham, sem evitar processos de promoção e elucidação, de forma a problematizar situações específicas, alternativas de ação e suas consequências em relação às necessidades; o que, por sua vez, coloca novos desafios ao desempenho profissional (Lisboa & Pinheiro, 2005).

Deste modo, dentre as possibilidades de intervenção, os profissionais que têm de intervir perante a violência intrafamiliar podem fazê-lo através do desenvolvimento de ações de vários tipos: sensibilização, prevenção, repúdio à violência, bem como programas de formação específicos. Você pode fazê-lo do ponto de vista do agressor, da família ou da vítima.

No caso, preocupa-se a intervenção que se realiza de forma complementar ao processo judiciário-legal que se abre no momento em que a mulher dá o alarme (não tem necessariamente que denunciar, embora o faça, se articula em torno dela um protocolo de atuação de maior intensidade, com a adoção imediata de medidas preventivas, enquanto se resolvem os diversos processos judiciais). As ações são, portanto, essenciais de duas maneiras: ações e medidas preventivas para evitar seu aparecimento futuro e ações e medidas de proteção para aqueles que sofreram essa violência e precisam se recuperar de suas consequências.

O problema da violência contra a mulher não só constitui uma violação dos direitos humanos das mulheres e um sério obstáculo ao desenvolvimento das sociedades, mas também, por ser um problema baseado nas estruturas básicas dessas sociedades requer ações abrangentes em diferentes níveis.

Entretanto, diante destes fatos, as práticas profissionais do profissional do Serviço Social permitem a possibilidade de dar existência explícita a situações naturalizadas de violência contra a mulher, permitem que as vítimas quebrem o silêncio, permitem reconhecer obstáculos, mas também possibilidades de intervenção, desde o desenvolvimento de estratégias de promoção, elucidação e autogestão, o que permite trabalhar em conjunto com os sujeitos envolvidos, a fim de, problematizar situações concretas, alternativas de ação e suas consequências em relação às necessidades, isto, por sua vez, apresenta novos desafios para a ação profissional.

Para Czapsk (2012, p.324),

São muitos os desafios que o profissional de Serviço Social enfrenta no combate à violência contra a mulher. Os serviços disponíveis onde se inserem estes profissionais, tanto nas áreas da saúde, da segurança pública e da assistência social não conseguem atender às mulheres de forma integral e articulada.

Nesse sentido, em relação aos desafios, em primeiro lugar, um desafio é reconhecer que os espaços profissionais dos Assistentes Sociais são espaços de poder, onde se jogam processos de exclusão e subordinação, para os quais se exige clareza das funções que devem operacionalizar para serem mediadores na tensão/pressão que se gera entre as organizações que representam e aqueles que demandam os serviços, sobretudo se considerarmos que os atores sociais com os quais o Serviço Social se relaciona estão por diferentes razões e circunstâncias em situação de vulnerabilidade, pelo que é prioritário trabalhar para tornar a autonomia de todos uma realidade ao máximo.

Em segundo lugar, é necessário o comprometimento da profissão nos processos de exigibilidade de direitos, uma vez que sua extensão, exigibilidade e gestão democrática, nada mais é do que a internalização no campo profissional das demandas atuais de diferentes atores políticos e sociais (em questão a mulher vítima de violência). Ao mesmo tempo que os Assistentes Sociais têm as competências e ferramentas para o fazer; ter poderes para ouvir, conhecer dispositivos legais institucionais e organizacionais para resolver problemas sociais, ter informações que podem ser transferidas aos cidadãos sobre a quem eles podem recorrer para o efetivo cumprimento de seus direitos. Nas palavras de Marilda Yamamoto,

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive na atualidade é desenvolver sua capacidade de decifrar e construir propostas de trabalho criativas capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Em suma, um profissional com propósito e não apenas um executivo (Yamamoto, 1998, p. 20).

Em terceiro lugar, é necessário desenvolver estratégias que permitam ampliar a autonomia. O profissional deve redefinir continuamente a sua intervenção, posicionar-se perante a instituição, perante as exigências institucionais, colocar-se perante a procura, tendo em conta que a sua intervenção profissional contribui para a construção de um determinado sujeito, confere uma identidade. Assim, torna-se inevitável uma constante “vigilância epistemológica e ética” sobre os significados teóricos, metodológicos e políticos que orientam a intervenção profissional junto as mulheres vítimas de violência intrafamiliar.

Os desafios com a causa são grandes, as barreiras são tantas em um mundo moderno, tecnológico e rico, chega até ser um paradoxo entre rico e pobre, globalização e o retrocesso, igualdade e desigualdade. É dessa maneira que a profissão e sua categoria vão percebendo a real dimensão de sua prática e o porquê os usuários precisam tanto de intervenção, mas o profissional do serviço se prende a causa e cumpri com suas obrigações, com ajuda do Estado e da Sociedade a profissão aos poucos tentar solucionar esses problemas e amenizar tantos conflitos vividos pela sociedade.

Por outro lado, pode-se afirmar que uma outra barreira que não deveria existir, mais que faz parte da nossa sociedade é a burocracia um problema que vem de muito tempo e que no mundo contemporâneo rompe com as práticas o que muitas vezes tendem a reeditar práticas antigas. Nesse sentido os conceitos precisam ser aprimorados, a participação de toda a

sociedade é importante nesse processo de influência democrática deixando o Serviço Social livre para atuar nas conformidades de seu código de ética sem fragilizar o atendimento (Piana, 2009).

Portanto, o grande desafio da profissão é a barreira presente na contemporaneidade de um mundo capitalista que traz consigo a desigualdade e tantos outros conflitos sociais, sendo assim, um desafio a ser superado, propiciando o surgimento de sociedade mais justa, mais ética, mais tolerante, menos corrupta, mais digna em que o homem possa amar e cuidar do próximo.

É tanta a demanda, é tanto os problemas e conflitos que afligem os usuários das camadas subalternas e que precisam de inclusão social levando o Serviço Social nesse mundo contemporâneo a buscar novas táticas alternativas e novas estratégias de acordo com a realidade vivida, compromisso ético e qualidade dos serviços, pois em tempos de globalização e aceção do Estado com o ideário neoliberal aumentam ainda mais a desigualdade de classe levando muitos a serem descartáveis, excluídos e sem direitos atendidos.

[...]Tempos em que a economia e o ideário neoliberal intensificam as desigualdades sociais com suas múltiplas faces. Tempos em que crescem as massas descartáveis, sobrantes e à margem dos direitos e sistemas de proteção sociais. Tempos, portanto em que crescem as demandas por políticas sociais, de um modo geral e, particularmente, por políticas de proteção social (Yazbek, 2009, p. 87).

Essas difusões sociais são patologias que atrapalham na atuação dos assistentes sociais e que na concepção de Barroco (2006, p.94), “deixa de viabilizar o que eticamente é de sua responsabilidade: atender às necessidades dos usuários, realizar objetivamente seus direitos”. Que em algum momento da história foi ferido com um desenho capitalista da globalização neoliberal o grande percussor da precariedade do trabalho subalternando o mercado a um dismantelo dos direitos sociais, economia e tantos outros problemas que levam o Estado a fechar os olhos para as questões sociais.

O Serviço Social tem em seu desafio conhecer, admitir e interpretar os problemas do mundo capitalista contemporâneo, em especial a todas as mudanças que levam a inconsistência do trabalho assim, como as questões sociais em geral desestruturadas. Os Assistentes Sociais nos dias atuais apresentam um grande desafio como construir propostas, ser criativos, lutar pelos direitos, atender as demandas e decifrar a realidade (Iamamoto, 1988).

4. Conclusão

Considerar a violência doméstica como um fator de risco que não só começa com golpes mas também com agressões verbais e até termina com a morte, e é aí que o questionamento da família, das instituições e da sociedade no seu conjunto para agir face a este grande fenômeno social que persistem na sociedade e ao qual devemos pôr fim, menos sentimento de culpa e mais ação para mudar este conceito globalizado que nada mais pode ser feito, mas sim ir na busca incansável para transformar esta realidade.

Nesse sentido, os dados fornecem informações sobre as a violência intrafamiliar contra a mulher, permitindo uma compreensão mais ampla sobre os fatos históricos que envolvem a trajetória da mulher na sociedade, o movimento feminista e os tipos de violência sofridas pelas mulheres, o que possibilitou, refletir sobre esse tema que assola a sociedade mundial e que passou a ser um problema social e objeto da intervenção do trabalho social.

Essas premissas iniciais, arremetem-se a necessidade de realizar estudos adicionais, em vista deste não ser tão completo e nem foi essa a intenção, mas somente textualizou um pouco do problema social, fornecendo uma compreensão das barreiras que impediram e impedem a mulher de ter igualdade, liberdade e direitos como ser humano, assim como o homem teve e tem na sociedade.

Deste modo, este estudo, na busca por resposta sobre quais os desafios e possibilidades de atuação profissional do Assistente Social frente à violência intrafamiliar contra a mulher, bem como, o papel do Serviço Social intervindo nessa

violência e, ao mesmo tempo, alcançar o objetivo pretendido, foram estudadas diversas fontes bibliográficas que revelaram o tão grave é a natureza desse crime.

Há de se convir que, o problema da violência intrafamiliar contra a mulher é um cenário emergente e um novo espaço de intervenção que requer profissionais de assistência social com um modelo de atenção integral nos serviços sociais, tendo em vista a gravidade que o caso exige.

Entre as recomendações mais importantes nessa situação, está o poderoso reconhecimento de que essa violência ainda persiste na sociedade e tem efeitos devastadores. O resultado são mulheres sofrendo danos sem o apoio especializado para ajudá-las a lidar com o trauma da violência intrafamiliar.

Referências

- Antunes, B. C. W. (2016). O exercício profissional do serviço social no atendimento com mulheres em situação de violência: um estudo bibliográfico. Artigo, (*Trabalho de Conclusão de Curso*). Bacharel em serv. Social. UBC. Brasília – DF, <https://repositorio.ubc.br/jspui/bitstream/123456789/8761/1/BrendaCarlaWalterAntunesTCCgraduacao2015.pdf>.
- Baptista, M. V. (2009). Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: Battini, O. (Org.). *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento*. Veras, 1.
- Baragatti, D. Y. (2017). Caminhos de mulheres em situação de violência na busca por serviço de apoio. (*Tese de Doutorado em Ciências da Saúde*), Faculdade de Enfermagem. Universidade Estadual de Campinas. http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/332468/1/Baragatti_DaniellaYamada_D.pdf.
- Barbosa, R. C. (2007). Gênero e Antiguidade: Representações e Discursos. *História Revista*, Goiânia, 12(2), 353-364.
- Barreto, L. D. O. (2015). Violência sexual contra a mulher: uma questão de gênero. 2 *Seminário Nacional Estadual e políticas sociais no Brasil*. Unioeste – Campus de Cascavel.
- Barroco, M. L. S. (2006). *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. (5a ed.), Cortez,
- Brandão, T. B. (2007). Burocracia e Serviço Social: uma ameaça ao projeto ético-político a profissão? (*Dissertação mestrado em política social*), Universidade de Brasília, Brasília, <https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/t10.pdf>.
- Casique, C. L., & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Rev. Latino-am. Enfermagem*. 14(6) http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18.pdf.
- Czapski, A. R.S. (2012). O Assistente Social no atendimento à violência doméstica contra a mulher. *Travessias, Cascavel*, 6(1).
- Engels, F. (2014). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Best Bolso,
- Fernandes, S. (2021). *O empoderamento da mulher do Século XXI*. In Stefanini (online), 2021. <https://www.segs.com.br/seguros/279483-o-empoderamento-da-mulher-do-seculo-xxi>
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. UEC. Apostila.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5a ed.), Atlas
- Gueiros, D. A. (2010). Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Rev. Katál*. 13(1), 126-132,
- Iamamoto, M. V. (1998). *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez,
- Libório, B. (2019). *A violência contra a mulher no brasil em cinco gráficos*. In: época, 2019. <https://epoca.globo.com/a-violencia-contra-mulher-no-brasil-em-cinco-graficos-23506457>.
- Lisboa, T. K., & Pinheiro, E. A. (2005). A intervenção do Serviço Social junto á questão da violência contra a mulher. *Katálisis*, 8(2), 199-210.
- Macedo, J. R. (2002). *A Mulher na Idade Média: A mulher e a família, realidades sociais e atividades profissionais, exclusão, preconceito e marginalidade*. Contexto,
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. (8a ed.), Atlas
- Minayo, M.C. (2009) Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: Minayo, M.C.S. Deslandes, S.F. and Gomes, R., Eds., *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Editora Vozes, 61-77.
- Piana, M.C. (2009). *A construção do perfil do Assistente Social no cenário educacional [online]*. Editora UNESP, Cultura Acadêmica,
- Pinheiro, E. A., & Lisboa, T. K. (2005). A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. *Katálisis* 8(2), 199-210.
- Sobrinho, R. R., Rodrigues, T. C., & Oliveira, T. V. S. (2020). O serviço social e a violência doméstica contra a mulher. *Social Meeting Scientific Journal*, São Paulo, Brasil, I(1),

Stelmachuk, M. S da luz. (2002). Mulheres do século XX: memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho. (*Tese doutorado*) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia,

Tomás, A. E. (2016). A violência contra a mulher: um estudo de caso nas cidades de Maxixe e de Nampula. (*Tese doutorado*) – Curso de Sociologia da Família, Faculdade de Letra da Universidade do Porto. 2016. https://sigarra.up.pt/fcnaup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=719942.

Yazbek, M. C. (2009). Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009.